



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GEORGIA CARINE SILVA DOS SANTOS

**LITERATURA INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO
PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ENCONTRO
NECESSÁRIO**

Salvador/BA

2011

GEORGIA CARINE SILVA DOS SANTOS

**LITERATURA INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO
PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ENCONTRO
NECESSÁRIO**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação, pela Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Professora Doutora Ana Katia Alves dos Santos.

Salvador/BA

2011

GEORGIA CARINE SILVA DOS SANTOS

**LITERATURA INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO
PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ENCONTRO
NECESSÁRIO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 12 de dezembro de 2011

Banca Examinadora:

Ana Katia Alves dos Santos (Orientadora)

Professora Doutora em educação

Hildonice de Souza Batista

Professora Doutoranda em educação

Leila da Franca Soares

Professora Doutoranda em educação

Dedico esse trabalho aos meus primeiros educandos da educação infantil e do primeiro ano do ensino fundamental, pois foi através destes que foi despertada em mim a vontade e a curiosidade de investigar os benefícios que o encontro entre a literatura infantil e a alfabetização de crianças proporciona, compreendendo, inclusive, como vem ocorrendo esse encontro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que tem realizado em minha vida;

Agradeço, especialmente, ao meu esposo, que além do apoio e incentivo, tem me dedicado muito amor;

Agradeço a minha mãe, minhas irmãs e meu sobrinho, pelo amor eterno e por todo esforço que sempre fizeram para me oferecer o melhor e por compreender minhas ausências;

Agradeço às minhas amigas da Faculdade de Educação (FACED), pela força, pelos conselhos, pela compreensão e paciência demonstrada durante todo processo de formação;

Agradeço aos professores entrevistados que contribuíram com a pesquisa e me ajudou a conhecer mais sobre a prática dos alfabetizadores;

Agradeço a orientadora dessa Monografia, Professora Ana Katia, por seu desprendimento, dedicação, conhecimento e competência. Características que tornaram esse trabalho uma realidade.

Ao ter contato com a literatura, a criança familiariza-se com estruturas linguísticas mais elaboradas porque é o resultado do trabalho de um escritor – alguém que se especializou em propor desafios inteligentes, lúdicos através da língua. Ainda que não leitora, a criança pode e deve participar da literatura através da audição de poemas, relatos de histórias ou da leitura de livros de imagens (...). (AMARILHA, 2009, p.56)

RESUMO

A presente pesquisa teve como finalidade suscitar uma reflexão sobre a importância da utilização da literatura infantil no processo de alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental, abordando questões sobre as contribuições que esse encontro proporciona, e partindo desse pressuposto, compreender como a literatura infantil contribui para o processo de ensino aprendido na alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Tendo como objetivo analisar os benefícios do encontro entre a literatura infantil e a alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Foram levantadas bibliografias existentes no que se refere a literatura infantil, alfabetização de crianças e a implementação do ensino fundamental de nove anos. Dessa forma, a opção metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica, com base empírica, que é um enfoque qualitativo de pesquisa. Para tanto, foram feitos estudos a partir de diálogos e entrevista com professores do primeiro ano do ensino fundamental. Os principais autores que fundamentaram o trabalho foram: Abramovich (2009), Ferreiro (1992,2000), Saraiva (2001), Zilberman (2003, 2005), Lajolo (1991, 2000), Cademartori (2006), Tfouni (2002), Amarilha (2009), Soares (2003), Frade (2007), entre outros. Buscou-se analisar as contribuições que o uso da literatura infantil proporciona para o processo de alfabetização de crianças que fazem parte do primeiro ano do ensino fundamental obrigatório recente implantado, que estão inseridos em uma sociedade onde o domínio da leitura e da escrita, e o uso social de ambas são tão importantes. É trazido conceitos e um breve histórico da literatura infantil, bem como concepções de alfabetização e uma explanação a respeito da implementação do ensino fundamental de nove anos, para, dessa forma, compreender as contribuições que esse encontro oferece às crianças que estão nessa etapa de ensino. O presente estudo procura instigar sobre as diversas possibilidades que os textos infantis oferecem para a dinamização da prática docente com crianças em processo de alfabetização.

Palavras-chave: Literatura infantil; Alfabetização de crianças; Primeiro ano do ensino fundamental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. A LITERATURA INFANTIL E SEU PERCURSO NA HISTÓRIA	12
1.1. LITERATURA E LITERATURA INFANTIL	12
1.2. O SURGIMENTO DA LITERATURA INFANTIL	15
1.3. BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL	17
2. A INFLUÊNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	22
2.1. A ALFABETIZAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS	23
2.2. AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL PARA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS	29
2.2.1. A LITERATURA INFANTIL E A APROPRIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA ALFABÉTICA	30
2.2.2. A LITERATURA INFANTIL E A FORMAÇÃO DO LEITOR	32
2.2.3. A LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PEDAGÓGICO E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS	35
2.3. ENTREVISTA COM PROFESSORES/ALFABETIZADORES DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
ANEXO – ENTREVISTA COM EDUCADORAS/ALFABETIZADORAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	51

INTRODUÇÃO

A importância da utilização da literatura infantil durante o processo de alfabetização de crianças é atualmente uma questão bastante discutida. Diversas pesquisas vêm sendo realizadas sobre a função da literatura infantil, bem como, o uso da mesma em sala de aula, como recurso pedagógico. Algumas pesquisas se mostram favoráveis, outras resistentes ao uso da literatura infantil na escola. Isso se explica porque a origem da literatura infantil esteve atrelada a fins estritamente pedagógicos. Porém, a literatura destinada a crianças foi alvo de constantes mudanças desde seu surgimento até chegar aos tempos atuais. A riqueza das obras infantis foi sendo cada vez mais reconhecida, bem como sua importância para o desenvolvimento intelectual, social e mental de seus leitores. Aos poucos, foram sendo reforçados os benefícios de sua utilização em sala de aula, principalmente no processo de alfabetização de crianças.

A alfabetização de crianças no Brasil foi historicamente negligenciada. Durante séculos as crianças oriundas de famílias pobres foram privadas do direito a escolarização, em especial, na fase pré escolar, na qual se iniciava o processo de alfabetização. Contudo, devido a mudanças ocorridas recentemente na legislação brasileira, a alfabetização passou a fazer parte do ensino fundamental obrigatório. A partir dessa determinação, as crianças de seis anos passaram a ter direito ao ingresso na escola. Ressalta-se que nesta fase de iniciação da vida escolar a utilização de vários tipos de textos se configura como de extrema importância.

Ao longo dos anos tem se pensado numa educação capaz de contribuir para a formação de um indivíduo crítico, responsável e atuante numa sociedade em que as trocas sociais são constantes. Por conta disso, torna-se imprescindível que a escola busque conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita, procurando incentivar, sobretudo, o gosto pela leitura. Através do encontro entre a literatura e a alfabetização a criança entra em contato com o mundo letrado, não só ampliando seu vocabulário e proporcionando conhecimentos acerca da formulação de textos, mas também favorecendo o desenvolvimento de sua imaginação. Nesse sentido, literatura infantil apresenta-se como uma importante aliada para dar suporte aos educadores nessa incrível tarefa de alfabetizar crianças.

O interesse por essa temática surgiu a partir de uma experiência vivenciada por mim no estágio curricular para o curso de pedagogia numa escola particular. Durante dois anos atuei

em sala de aula como professora auxiliar na educação infantil, com alunos de quatro e cinco anos, e no primeiro ano do ensino fundamental. Durante esse período chamou-me a atenção o fascínio que a literatura infantil exercia sobre as crianças desde os primeiros anos de vida, e como este contato subsidiava o processo de alfabetização dos pequenos. Vale destacar que se trata de uma escola preocupada com o desenvolvimento intenso de ações de incentivo a leitura e equipada com um acervo bastante diversificado de livros de literatura infantil e outros. Neste espaço presenciei a facilidade com que as crianças dominavam as histórias e os textos literários e como isso colaborava para iniciar o processo de alfabetização. A partir dessa vivência surgiu o desejo de estudar para conhecer mais sobre a utilização da literatura infantil no processo de alfabetização de crianças, em especial as do primeiro ano do ensino fundamental, buscando conhecer os benefícios em se utilizá-la na escola.

Este trabalho se insere numa pesquisa de cunho bibliográfico, privilegiando uma análise qualitativa. Além dos estudos que foram realizados, através da apreciação da bibliografia, houve a necessidade de ter um contato com professores responsáveis pela educação de crianças do recente implantado primeiro ano do ensino fundamental. Para tanto foi realizado entrevistas com os mesmos.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida, segundo Gil (2009, p.50), “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”. Segundo Candorin (2002), para a realização da pesquisa bibliográfica, faz-se necessário seguir os seis passos da leitura sistemática que são: reflexão sobre o tema, seleção das unidades de leitura, coleta de informações, resumo, reescritura e análise crítica. A leitura sistemática serviu de base para interpretação e reinterpretação dos textos lidos. Na análise qualitativa o pesquisador busca entender os fenômenos, de acordo com a perspectiva dos participantes da situação estudada e, partindo das informações obtidas situa sua interpretação.

Para o desenvolvimento deste estudo recorri à leitura de teóricos que tive o prazer de conhecer através de seus trabalhos, os quais foram de grande importância e que juntos contribuíram muito para a construção da pesquisa e conseqüentemente para a minha formação acadêmica. Foram os seguintes autores: Abramovich (2009), Ferreiro (1992, 2000), Saraiva (2001), Zilberman (2003, 2005), Lajolo (1991, 2000), Cademartori (2006), Frade (2007), Tfouni (2002), Amarilha (2009), Soares (2003), entre outros não menos importantes. Foram também

analisados documentos, tais como: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade (2007); Ensino fundamental de nove anos: passo a passo para implementação (2009); Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais (2004); entre outros.

O presente estudo surgiu da seguinte indagação: Como a literatura infantil contribui para o processo de ensino aprendido na alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental? Com a finalidade de responder tal questionamento a pesquisa tem por objetivo principal analisar os benefícios do encontro entre literatura infantil e a alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Nesse sentido, faz-se necessário também: compreender os conceitos de literatura e literatura infantil, fazendo uma análise do surgimento desta desde a Europa até chegar ao Brasil contemporâneo; entender a importância do uso da literatura infantil no desenvolvimento da leitura e da escrita, as contribuições da mesma para a formação do leitor e como ela se configura como recurso pedagógico no trabalho docente com crianças do primeiro ano do ensino fundamental, que se constituem nos objetivos específicos deste trabalho.

Para atingir os objetivos propostos, o presente estudo é desenvolvido em dois capítulos, considerações finais, além dessa introdução. No capítulo I: “A literatura infantil e seu percurso na história” buscou-se compreender o significado da literatura e da literatura infantil e sua trajetória histórica no cenário nacional e internacional. Já no capítulo II: “A influência da literatura infantil no processo de alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental” procurou-se discutir sobre algumas concepções de alfabetização e sobre a implementação do ensino fundamental de nove anos.

Ainda no Capítulo II buscou-se fazer uma análise das contribuições da literatura infantil para a alfabetização de crianças, através da literatura pertinente ao tema e das entrevistas realizadas com professoras que atuam no primeiro ano do ensino fundamental e por fim, apresentam-se as considerações finais deste estudo.

1 A LITERATURA INFANTIL E SEU PERCURSO NA HISTÓRIA

A ideia da literatura associada a um objetivo pedagógico não é nova, ao contrário, confunde-se com a própria origem da literatura infantil que por sua vez integrou-se no percurso da literatura geral, pois as primeiras narrativas foram produzidas para adultos e crianças, indistintamente, já que essas eram vistas como adultos, ou seja, não havia diferença entre ambos.

Partindo de critérios pedagógicos, os livros destinados aos adultos foram sendo gradativamente adaptados para crianças, pois só em fins do século XVII a meados do século XVIII é consolidado o conceito de infância e, é também nesta época que surge a preocupação com a produção de textos destinados para esse público em especial.

Julga-se importante nesse capítulo discorrer sobre os conceitos de literatura e literatura infantil, bem como tratar de alguns acontecimentos relativos à história da literatura para crianças trazendo seu percurso desde o surgimento até a contemporaneidade, em nosso país, para melhor entender suas peculiaridades e transformações.

1.1 LITERATURA E LITERATURA INFANTIL

A literatura nasceu na Grécia antiga e sua principal função consistia em divertir a nobreza entre os intervalos das guerras. Segundo Lajolo (1991, p.16), “(...) a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ou seja, “ela só existe enquanto obra neste intercâmbio social”. Entretanto, além desse trânsito entre autor e leitor, para um texto ser considerado literário faz-se necessário o aval dos canais competentes. Esses setores são os intelectuais, a universidade, a crítica, a academia literária e a escola. Algumas dessas entidades não são intelectualizadas, porém outras como a Academia Brasileira de Letras, possuem sede e uniforme. Cabe a elas a responsabilidade de validar o texto como literário ou não literário.

Mas, o que é literatura? Sobre isso, Lajolo (1991, p.25) enfatiza que: “Não existe uma resposta correta, porque cada tempo, cada grupo social tem sua resposta, sua definição para literatura”. Ainda de acordo com a autora existe uma profunda relação entre as obras que são

escritas em um período, e que, configuram a literatura deste tempo. Afirma que, “(...) antes de significar o que significa hoje, o termo literatura recobria outros significados: o de erudição, de conhecimentos gramaticais, de domínio das línguas clássicas (...)”. (LAJOLO, 1991, p.30)

Porém, a partir de meados do século XVIII, a palavra literatura foi se desfazendo mais do significado de “atividade intelectual superior”, passando a ser mais generalizada e tendo seu significado bem próximo do que hoje nos é sugerido. Para Danziger e Johnson (1974, p. 9):

Pode significar qualquer coisa escrita em verso ou em prosa. Pode significar unicamente aquelas obras que se revestem de um certo mérito. Ou pode referir-se à mera verbosidade: “tudo o mais é literatura” (...) uma arte verbal, isto é, a literatura pertence tradicionalmente, ao domínio das artes, em contraste com as ciências ou o conhecimento prático, e o seu meio de expressão é a palavra, em contraste com os sinais da pintura e escultura ou os sons musicais.

Ao considerar que literatura pode ser “qualquer coisa escrita” e também “arte verbal” os autores expressam um significado mais amplo do que sugere o próprio significado etimológico da palavra *litteratura*, que deriva do latim *littera* –“letra” – e indica referir-se, de modo primordial, à palavra impressa ou escrita. Contudo, de acordo com os mesmos autores,

(...) muitas civilizações, desde a grega antiga à escandinava, francesa e inglesa, produziram importantes tradições orais. Inclusive, extensos poemas narrativos como a *Ilíada* e a *Odisséia*, de Homero, as sagas islandesas e o *Beowulf* anglo-saxônico foram, presumivelmente, cantados ou entoados por rapsodos e bardos profissionais, séculos antes de terem sido passados a escrito. (DANZIGER E JOHNSON 1974, P.9)

Estes exemplos ratificam a defesa dos autores sobre a literatura se caracterizar também por uma “arte verbal”. Entretanto, é importante ressaltar que uma obra literária possui características inerentes desse gênero textual, e que devem ser consideradas para assim poder compreendê-la com mais clareza. Conforme a colocação de Danziger e Johnson (1974, p. 9-10) quanto a definição de literatura, enfatizam que: “Para que possa abranger essas e outras obras verbais, é útil considerar a literatura uma arte verbal *lato sensu*, deixando em aberto a questão sobre se as palavras são escritas ou faladas”.

Diferentemente da literatura que não informa a que público se destina a literatura infantil foi criada para atender a um público em especial. Conforme expõe Cademartori (2006, p.8) “A principal questão relativa à literatura diz respeito ao adjetivo que determina o público a que se destina”. Pois, a literatura como substantivo não predetermina seu público, mas como adjetivo, ao contrário, “pressupõe que sua linguagem, seus temas e pontos de vista objetivam

um tipo de destinatário em particular, o que significa que já se sabe, a priori, o que interessa a esse público específico”. Cademartori (2006, p. 21) enfatiza ainda que:

Quando se fala em literatura infantil, através do adjetivo, particulariza-se a questão dessa literatura em função do destinatário estipulado: a criança. Desse modo, circunscreve-se o âmbito desse tipo de texto: é escrito para crianças e lido pela criança. Porém, é escrito, empresariado, divulgado e comprado pelo adulto.

Devido ao fato de a literatura infantil não ser escrita pela criança, porém escrita para a criança, ocasiona na ausência de correspondência entre o autor e o seu público alvo, gerando também indagações que são aprofundadas ao se considerar o lugar de dependência da criança no mundo social. Vale ressaltar também que, de acordo Cademartori (2006, p.14-15):

(...), a literatura infantil apresenta o fato de destinar-se a um leitor mirim e a condição de não desfrutar do status de obra de arte. (...), o texto destinado à criança passou a ser, nos últimos tempos, alvo de atenções que nunca recebeu e, diferente do que se verificou em relação aos quadrinhos, o debate não se circunscreve ao exame das propriedades do gênero, mas envolve questão de educação, além da de mercado.

Com o passar dos anos a literatura infantil ganhou importância e cresceu consideravelmente, porém, diversas obras aparecem com o único propósito de vendas, deixando de lado a questão da qualidade. Existem ao lado de edições cuidadosas, muitos impressos que são destinados ao público infantil, mas que não tem compromisso com os traços que afirmam a literatura infantil como um gênero literário. Ou seja, nem tudo o que é oferecido como literatura infantil é de fato considerado literatura infantil.

A literatura infantil passou a ser visualizada pela escola como instrumento para uma possível expansão do domínio lingüístico dos educandos, entretanto sua função ultrapassa a de um mero instrumento para a instituição escolar. Sua importância cresce na medida em que surgem questionamentos sobre as suas interpretações e comportamentos, surgindo como consequência, novas perspectivas. Cademartori (2006, p.18) ressalta que:

O inegável vínculo da literatura infantil com a educação não deve conduzir a que se pense que o texto para criança passou do esquecimento para o papel de subsidiário da educação formal. Sua natureza literária já o coloca além dos objetivos pedagógicos comprometidos com a legitimação das instituições, costumes e crenças que a geração adulta quer legar à infantil.

De acordo com Cademartori (2006, p.23): “O caráter formador da literatura infantil vinculou-a, desde sua origem, a objetivos pedagógicos”. É de grande importância para esse estudo fazer

um breve histórico da literatura infantil, desde o seu surgimento até a atualidade, para melhor entendermos esse gênero de grande importância para a sociedade na atualidade.

1.2 O SURGIMENTO DA LITERATURA INFANTIL

Desde o seu surgimento a literatura infantil apresentou-se com um cunho educativo, porém anterior ao seu aparecimento não se tem registros de livros destinados ao público infantil. “Os primeiros livros para crianças foram produzidos ao final do século XVII e durante o século XVIII. Antes disso, não se escrevia para elas, porque não existia a “infância” (ZILBERMAN 2003, p.15).

Em vista da constituição do modelo familiar burguês, que visava a emergência de uma nova noção de família, não mais centrada nas amplas relações de parentesco, mas em um núcleo unicelular, passou a existir uma consideração com a infância. Antes disso, essa preocupação não era existente, pois antes não existia o mundo do adulto e o mundo da criança, não existia separação. Pequenos e grandes compartilhavam dos mesmos eventos, porém não havia uma relação afetiva que aproximasse ambos. A valorização da infância acarretou na união familiar, mas com isso surgiram também meios de controle e manipulação do desenvolvimento intelectual e emocional das crianças.

A origem da literatura infantil está diretamente ligada às mudanças na estrutura social que ocorreram durante os séculos XVII e XVIII, em um momento onde se configurou o modelo burguês de família. Isso acarretou uma alteração na forma de visualizar a infância, incluindo, por sua vez, todas as instituições relacionadas a ela. Segundo Lajolo e Zilberman (1999, p.15):

As primeiras obras publicadas visando ao público infantil apareceram no mercado livreiro na primeira metade do século XVIII. Antes disto, apenas durante o classicismo francês, no século XVII, foram escritas histórias que vieram a ser englobadas como literatura também apropriada à infância: as *Fábulas*, de La Fontaine, editadas entre 1668 e 1694, *As aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, lançadas postumamente, em 1717, e os *Contos da Mamãe Gansa*, cujo título original era *Histórias ou narrativas do tempo passado com moralidades*, que Charles Perrault publicou em 1697.

Perrault não é responsável apenas pelo primeiro surto de literatura voltada, especificamente, para a infância, na qual teve como impulso inicial, a incorporação dos textos citados de La Fontaine e Fénelon. Seu livro provocou também uma preferência grandiosa pelo conto de

fadas. Perrault adota e literaliza uma produção até aquele instante de circulação oral e de natureza popular, escrevendo clássicos que foram de grande importância para produção literária da época.

O desenvolvimento da literatura infantil, a princípio foi de responsabilidade dos franceses, porém os ingleses foram responsáveis por sua expansão, ocasionada pelo momento econômico e social do século XVIII, na Inglaterra. Devido à industrialização muitos trabalhadores rurais foram para as cidades em busca de trabalho, acarretando em muita mão-de-obra para pouco emprego. Ocorreu com isso, o crescimento da periferia urbana, o aumento da criminalidade e da miséria. Foi deflagrada no século XVIII a revolução industrial, devido ao crescimento político e financeiro das cidades e a decadência do poder rural e do feudalismo que reinava desde a Idade Média. Conforme declara Lajolo e Zilberman (1999, p.16):

A burguesia se consolida como classe social, apoiada num patrimônio que não mais se mede em hectares, mas em cêntes. E reivindica um poder político que conquista paulatinamente, procurando evitar confrontos diretos e sangrentos, como o que ocorreu na França, em 1789, mas utilizando também essa solução, quando é o caso.

Para se consolidar política e ideologicamente a burguesia utiliza-se da família e da escola. Através da família buscava a manutenção de um estereótipo que era estabelecido através da divisão do trabalho entre seus membros, cabendo ao pai prover o sustento econômico e a mãe o gerenciamento da vida doméstica privada. Como decorrência da escolarização, a escola torna-se importante para reforçar valores burgueses. Nesse contexto, a criança passa a deter um novo e relevante papel social. Família e escola tornam-se mediadoras na relação da criança com a sociedade.

A escola passa a ser imprescindível para a vida social, pois devido as decisões legais ela passa a ser obrigatória, tanto para as crianças da burguesia, quanto para as crianças da classe menos favorecida, incorporando também outros papéis que serviram para reforçar sua importância. Além do fato de a literatura infantil trabalhar sobre a língua escrita, dependia consequentemente da capacidade de leitura das crianças, e a escola era o lugar aonde elas aprendiam fazer uso da leitura e escrita.

A literatura torna-se mercadoria, e dependente da escola devido à capacidade de leitura das crianças, pois sem a escolarização delas não existe leitura. Dessa forma, as obras literárias se tornam nitidamente pedagógicas. O caráter pragmático do gênero foi reforçado e o seu reconhecimento como forma de expressão artística acabou sendo comprometido, bem como o desenvolvimento do gosto pela leitura. Esse posicionamento didático foi solidificado ao longo

dos séculos e surgiram muitas produções comprometidas com essa maneira de encarar o texto. Entretanto, conforme o exposto por Lajolo e Zilberman (1999, p. 20-21):

Do grande elenco de obras publicadas no século XVIII, poucas permaneceram, porque então era flagrante o pacto com as instituições envolvidas com a educação da criança. Mas, ao sucesso dos contos de fadas de Perrault, somou-se o das adaptações de romances de aventuras, como os já clássicos *Robinson Crusóé* (1719), de Daniel Defoe, e *Viagens de Gulliver* (1726), de Jonathan Swift, autores que asseguraram a assiduidade de criação e consumo de obras.

O século XIX inicia-se pela repetição dos caminhos bem-sucedidos: os irmãos Grimm, em 1812, editam a coleção de contos de fadas que, dado o êxito obtido, converte-se, de certo modo, em sinônimo de literatura para crianças. A partir de então, esta define com maior segurança os tipos de livros que agradam mais aos pequenos leitores e determina melhor suas principais linhas de ação: em primeiro lugar, a predileção por histórias fantásticas, modelo adotado sucessivamente por Hans Christian Andersen, nos seus *Contos* (1833), Lewis Carroll, em *Alice no país das maravilhas* (1863), Collodi, em *Pinóquio* (1886), e James Barrie, em *Peter Pan* (1911), entre os mais célebres.

Os autores citados acima configuram a literatura infantil como importante produção literária pertencente à sociedade burguesa e capitalista européia. No momento em que se começa a editar livros para a infância no Brasil, as obras destinadas a esse público na Europa, serviram de base para compor um acervo sólido, que posteriormente se multiplica pelas reproduções e que devido às exigências locais emerge a vertente brasileira do gênero com características próprias de acordo com as necessidades pensadas na época.

1.3 BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL NO BRASIL

É somente no final do século XIX que a literatura infantil surgiu no Brasil, marcada a princípio por traduções e adaptações de obras importadas. Se na Europa a literatura destinada a crianças surgiu no final do século XVII, quando Charles Perrault, em 1697, publicou os *Contos da mamãe gansa*, “a literatura infantil brasileira só veio a surgir muito tempo depois, quase no século XX, muito embora ao longo do século XIX reponte, registrada aqui e ali, a notícia do aparecimento de uma ou outra obra destinada a crianças” (LAJOLO E ZILBERMAN, 1999, p. 23).

No Brasil, como não foi diferente, a literatura infantil enfrentou muitas dificuldades para conquistar sua hegemonia e ser reconhecida como produção artística. O texto infantil foi usado como difusor de normas e preceitos comportamentais, com o intuito de doutrinar as

crianças. Ao fazer uma retrospectiva sobre o surgimento da literatura infantil no Brasil, Becker (2001) afirma que é possível “estabelecer quatro fases, cada uma delas limitada pelas concepções ideológicas que se evidenciam nas produções mais conhecidas” (BECKER, 2001, p.36).

A primeira fase, que compreende o final do século XIX e início do século XX, refere-se ao surgimento das primeiras manifestações da literatura voltada a criança, moldadas, sobretudo, nos padrões portugueses e europeus. Como menciona Becker (2001, p. 36):

O compromisso pedagogizante, que marca a produção dessa época, revela a posição assumida pelos intelectuais, preocupados, nesse momento histórico, com um projeto: a modernização do país. Através da escola, acreditavam ser possível não só atingir esse objetivo, como também incentivar a adoção de valores patrióticos pelo povo, a começar pelas crianças. Citam-se, entre as produções de autores nacionais com essa finalidade, *Contos Pátrios* e *Através do Brasil* (Olavo Bilac e Coelho Neto), *Era uma vez* (Júlia Lopes de Almeida) e *Saudade* (Tales de Andrade).

Esta fase é marcada pela presença quase absoluta de obras estrangeiras para crianças, traduzidas e adaptadas conforme as demandas da época. Essas traduções e adaptações foram feitas por Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel. Pelo fato dessas obras terem sido destinadas ao público europeu infantil, existiam problemas, tanto no que se refere ao distanciamento linguístico, quanto no referente à representação de mundo, desencadeando em problemas de identidade cultural.

A segunda fase, que abrange o período de 1920-1945, trata-se do momento em que Monteiro Lobato a partir de 1921, passa a dominar as produções infantis. Nesta época, o Brasil vivia um período de efervescência intelectual, política e artística, isso atingiu diretamente, a educação, ocasionando em denúncias da lamentável realidade nacional no tocante a escolarização. Referente a esse período, Lajolo e Zilberman (1999, p.46) relatam que:

Entre estes dois limites cronológicos, 1920-1945, toma corpo a produção literária para crianças, aumentando o número de obras, o volume das edições, bem como o interesse das editoras, algumas delas, como a Melhoramentos e a Editora do Brasil, dedicadas quase que exclusivamente ao mercado constituído pela infância. É, se Lobato abre o período com um *Best-seller*, o sucesso não o abandona; nem a ele, nem ao gênero a que se consagra, o que suscita a adesão dos colegas de ofício, a maior parte originária da recente geração modernista.

Após 25 anos, a literatura infantil dispõe de uma vasta quantidade de autores envolvidos com a mesma, contemplando os leitores formados devido a assiduidade de obras que são destinadas a eles. “Sendo no início do período, uma produção rala e intermitente, vai se

fortalecendo, até os anos 40, quando o Modernismo encerrava seu ciclo, num acervo consistente, de recorrência contínua, integrado definitivamente ao conjunto da cultura brasileira”. (Lajolo e Zilberman 1999, p.48). Porém, mesmo com todas essas inovações, em algumas obras permanecem com o caráter pedagógico, principalmente nas que desenvolviam temas históricos.

Já a terceira fase que corresponde às décadas de 50 e 60, coincidiu com o período configurado como décadas de democracia. Em si tratando desse período, Becker (2001, p.39) faz o seguinte relato:

No início da década de 50, estava em plena vigência, no campo educacional, a reforma Capanema, introduzida em 1942 e mantida até 1961, momento da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse segmento foi muito influenciado pela “tendência nacionalista” verificada no campo econômico-político.

A primeira década de 1960 registra o surgimento dos movimentos de educação popular (Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular e Movimento de Educação de Base) e do grupo de reforma da Universidade de Brasília. Esses grupos objetivavam a transformação da realidade brasileira pela participação ativa da população adulta na vida política do país.

Nesse período tão importante para o nosso país foi criado em 1963 o Plano Nacional de Alfabetização, que tinha como meta alcançar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos. Idealizado pelo educador Paulo Freire, tinha a proposta de extinguir o analfabetismo no Brasil, entretanto essa iniciativa foi suprimida após o golpe militar que ocorreu em 14 de abril de 1964, atingindo duramente a educação. Nesta mesma época, o país se encaminha para um desenvolvimento industrial considerável. Conforme Becker (2001, p.39):

A literatura infantil, nesse período em que o país se encaminhava para um projeto industrial de relevância, assumiu um caráter conservador: os temas e o ambiente por ela explorados privilegiaram a agricultura. Destacaram-se entre esses temas o café, encarado como fonte primeira de riqueza, apontando-se o esgotamento das terras e o abandono das instituições públicas como responsáveis pelas mudanças que se operaram. A supremacia da vida urbana sobre a rural foi um segundo tema explorado. A zona campestre se transformou em local para lazer ou férias, mero pano de fundo para as aventuras das narrativas. Seus moradores foram desprestigiados, desprezando-se o homem do campo e sua fala característica. A Amazônia misteriosa mereceu destaque: passou a ser explorada em aventuras, como consequência do poder de comunicação da cultura de massa.

As obras dessa fase, conforme a opinião de Lajolo e Zilberman (1999, p.120):

(...) traduzem a ótica da classe burguesa, enriquecida com a modernização do país, mas identificada com valores tradicionais,

quais sejam, o culto à autoridade (legitimado pelo pedagogismo das histórias) e ao passado. Por essa razão, as personagens urbanas, oriundas de um meio rico, convivem harmonicamente com o ambiente rural, no qual se refugiam por um tempo. A aliança entre eles retrata o pacto social, efetuado entre grupos tradicionais e grupos emergentes, assim como as regras que estabelecem entre si.

Vale ressaltar que nesta fase, os textos que surgem sob a influência de Monteiro Lobato, não valorizam a diversidade de culturas e as linguagens do país, não exercendo a capacidade de crítica e de criatividade.

A quarta fase compreende as décadas de 70 e 80. Esse período entrou para a História do país como sendo uma época de transformações aceleradas. A literatura infantil deu um grande salto devido à renovação dos textos produzidos para a criança através da reescrita dos famosos contos de fadas, da criação de obras polêmicas no que se refere à realidade social e ao cotidiano infantil, devido também a construção de personagens com certa profundidade psicológica e a apropriação de alguns elementos da cultura de massa. “Abrandou-se, se não foi totalmente abandonado, o caráter didático-pedagógico que historicamente comprometia a produção literária infantil”. (Becker, 2001, p.40-41)

Entretanto, Zilberman (2003) discorda com dessa afirmação quando expõe que atualmente este quadro não mudou muito. “E, até hoje, a literatura infantil permanece como uma colônia da pedagogia, o que lhe causa grandes prejuízos: não é aceita como arte, por ter uma finalidade pragmática; e a presença do objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança” (Zilberman, 2003, p.16).

Nessas duas décadas foram produzidas obras diversificadas, além de modernos contos de fadas e de ficção científica, como também narrativas de cunho social e policial. Vale ressaltar o abandono da postura didático pedagógica, onde passou a ser mostrado personagens e enredos livres do estigma de exemplaridade. Além de todas essas mudanças, as produções inovaram a representação do protagonista, surgindo inusitadamente crianças frustradas e ou desajustadas.

Todas essas mudanças que ocorreram, desencadearam no surgimento de inúmeras obras comprometidas com o prazer e com a satisfação do leitor infantil, possibilitando opções de leituras variadas. Becker (2001, p.41) enfatiza que:

O percurso da literatura infantil brasileira revela ao estudioso uma série de percalços ao longo da trajetória empreendida. Em alguns momentos, constatou-se o predomínio da qualidade; em outros, da quantidade. Entretanto, neste final de século, ao se rever todo esse

contexto que envolveu a produção dirigida à infância, é possível perguntar, parodiando Carlos Drummond de Andrade: a Literatura Infantil (...) marcha. Para onde? Nascida em um período em que toda uma mentalidade despertava da alienação, a caminhada da literatura infantil segue um caminho rumo à maturidade do gênero dentro das propostas estéticas feitas por Monteiro Lobato no longínquo ano de 1921.

A qualidade estética que reveste as produções destinadas ao público infantil na atualidade permite ao professor a possibilidade de apresentar o mundo mágico da literatura como suporte para as atividades de alfabetização. Ao se valer dela, o professor não só confere nova motivação a esse processo de aprendizagem, como também contribui para a construção da subjetividade da criança.

A literatura infantil contemporânea, no Brasil, vem inserindo uma preocupação crescente em apresentar e valorizar identidades culturais que representem as relações de inclusão social. Com a implantação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que foi revogada posteriormente pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, para acrescentar a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena, foi estabelecido a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas instituições de ensino público e privado. Por isso, houve um crescente aumento de obras que tratam da temática da inclusão de um público que, durante séculos, foi discriminado, maltratado, desvalorizado, criminalizado pela sociedade, inclusive pela literatura brasileira em geral. Contudo, é evidente que essas obras ocupam um espaço bastante pequeno, além de várias delas ainda apresentarem vários estereótipos e preconceitos dos mais sutis aos mais aparentes, devendo-se ter cuidados redobrados principalmente com textos que se pretende trabalhar em sala de aula, inclusive com crianças.

Após esse breve histórico que possibilitou um contato mais íntimo com a literatura infantil, é possível analisar a influência do uso da literatura infantil durante o processo de alfabetização buscando conhecer os benefícios que essa junção proporciona ao educador/alfabetizador de crianças do primeiro ano do ensino fundamental.

2 A INFLUÊNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A literatura infantil é muito importante no processo de alfabetização. Durante essa etapa a utilização de textos interessantes provoca a curiosidade e a necessidade de cada vez mais conhecer palavras com o intuito de desvendar os mistérios dos textos de histórias infantis, principalmente na primeira infância onde há um envolvimento bastante considerável. De acordo com Saraiva, Mello e Varella (2001, p. 82), a criança pequena “(...) deixa-se fascinar por essas narrativas, porque elas materializam seu desejo de crescer, de se transformar e de transformar o mundo. Projetando-se em heróis, ela liberta suas emoções e conflitos interiores, saindo fortalecida da experiência proporcionada pela leitura”. Além das histórias infantis outros textos também estimulam a criança, entre elas destaca-se a poesia e a narrativa. Com relação a esta afirmativa Cademartori (2006, p.75) explana que:

A poesia e a narrativa oferecem à criança em fase de alfabetização a oportunidade de experimentar a potencialidade lingüística, descobrindo novos efeitos de sentido e as diversas possibilidades de nomeação que mediará seu conhecimento do mundo. O livro e a leitura, nesse momento serão apresentados à criança como o suporte e a ação do conhecimento que legitima o esforço empreendido para torna-se alfabetizado.

A literatura infantil se configura em um necessário instrumento a ser utilizado com crianças em processo de alfabetização, visto que a literatura infantil prescinde do imaginário das crianças, a partir daí sua importância se dá desde o momento em que elas tomam contato oralmente com as histórias, e não somente quando se tornam leitores. Desde muito cedo, então, a literatura torna-se uma ponte entre histórias e imaginação, já que, conforme Abramovich (2009, p.14-15):

É através duma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica... É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula.

Justamente por isso o uso da literatura infantil como parte integrante do processo de alfabetização é muito importante, pois com essa junção a criança entra em contato com o mundo letrado, não só ampliando seu vocabulário e proporcionando maior conhecimento da

formulação de textos, mas também exercita o poder de sua imaginação. Literatura e alfabetização podem e devem caminhar juntas, pois a literatura se compõe como forma de expressão para os educandos, e a alfabetização torna-se mais acessível e lúdica.

Para dar prosseguimento a análise dessa influência se faz necessário conhecer o conceito de alfabetização e discorrer sobre a implementação do ensino fundamental de nove anos. Para posteriormente analisar as contribuições da literatura infantil para a alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental, buscando com essa análise conhecer de maneira clara e objetiva as possibilidades que surgem através do importante encontro entre literatura infantil e alfabetização de crianças nessa etapa de ensino.

2.1 A ALFABETIZAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

O termo alfabetização corresponde, etimologicamente, ao aprendizado do código lingüístico, enfim, à aquisição do alfabeto. Entretanto, sabemos que esse processo é muito mais abrangente, pois possui características sociais que integra o indivíduo ao meio onde vive. A alfabetização, segundo Tfouni (2002, p.9), “(...) refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura e escrita e as chamadas práticas de linguagem”. A autora ainda ressalta que o processo de alfabetização é contínuo, pois, a sociedade está em constante mudança e o indivíduo busca acompanhar essas modificações.

Soares (2003, p.15), afirma que alfabetização é “em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”. É necessário o reconhecimento da alfabetização como processo sistemático e não somente de aprendizagem da escrita alfabética.

Conforme Ferreiro e Palacio (2003), o desenvolvimento da alfabetização ocorre num ambiente social. Contudo, as crianças não recebem as informações e as práticas sociais de maneira passiva. Quando buscam uma compreensão, transformam o conteúdo recebido buscando o registro das informações. A alfabetização, de acordo com Kramer e Abramovay (1985, p.104), é:

(...) um processo ativo de leitura e interpretação, onde a criança não só decifra o código escrito, mas também o compreende, estabelece

relações, interpreta. Desse ponto de vista, alfabetizar não se restringe à aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo, mas começa no momento da própria expressão, quando crianças falam de sua realidade e identificam os objetos que estão ao seu redor. Segundo nosso enfoque, pois, a alfabetização não se confunde com um momento que se inicia repentinamente, mas é um processo de construção.

É necessário compreender que a alfabetização inicia-se antes do ingresso da criança na escola, ou seja, tem início antes da escolarização formal. Trata-se de um processo complexo cercado por sentidos diversos e distintos, onde o educador/alfabetizador precisa conceber que qualquer forma de comunicação escrita é marcada profundamente por atitudes e valores culturais, bem como, pelo contexto social e econômico em que é usado.

Em suma, concebemos que a alfabetização contempla não apenas a aprendizagem do sistema alfabético, fazendo com que o aluno domine as regras básicas de interação através da escrita, lendo e produzindo textos automaticamente, mas também a apropriação de diferentes gêneros textuais, uma vez que tal domínio pressupõe a ampliação dos conhecimentos sobre a sociedade e sobre as relações humanas. (ALBUQUERQUE; LEAL, 2007, p.20)

As crianças de classe média, principalmente as que vivem nos centros urbanos, entram muito cedo em contato com a linguagem escrita, experienciando inclusive situações de leitura. Elas aprendem desde pequenas sobre a função social da linguagem escrita. Porém, não acontece da mesma forma com as crianças das camadas populares.

A história da educação brasileira é repleta de lacunas. Vários períodos da história do Brasil foram marcados pela falta de interesse e de prioridade da educação. A intenção dos governantes e autoridades responsáveis era alfabetizar a população menos favorecida de uma forma que não permitisse ao indivíduo pensar criticamente e/ou intervir nas políticas adotadas para o país. Para a elite brasileira no século XIX, a escola para a população de baixa renda não poderia ultrapassar o aprendizado do alfabeto. Conforme Faria Filho (2000, p.137):

A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade da governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas também, dotar esse Estado de condições de governo.

Pombal, após a total expulsão dos jesuítas em 1759, institui várias medidas que transferiram para o Estado o controle da educação escolar. Porém, foi dado primeiramente atenção aos níveis mais avançados e, posteriormente, à criação de escolas de primeiras letras. A

alfabetização das crianças ficava sob responsabilidade da família. Entretanto, como a minoria da população podia pagar um professor particular, a maioria da população ficava excluída.

Somente nos últimos anos foi possível perceber a intenção de incluir, na educação pública brasileira, as crianças que estão em fase de alfabetização, público este que foi historicamente desamparado pela ausência do Estado em sua formação inicial e pela política educacional brasileira.

Ao analisar a legislação educacional do Brasil é possível perceber a crescente preocupação com a inclusão das crianças de seis anos na escola pública obrigatória. Desde a Lei nº 4.024/1961 estabeleceu-se a obrigatoriedade de quatro anos; com o Acordo de Punta Del Este e Santiago, de 1970, alargou-se para seis anos o tempo do ensino obrigatório. Pouco tempo depois, em 1971, a Lei nº 5.692 ampliou a obrigatoriedade para oito anos; a Lei nº 9.394/1996 já sinalizava para o ensino obrigatório de nove anos ao instituir o ensino para crianças de seis anos de idade. Mas, somente a partir da Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que a implantação do ensino fundamental de nove anos torna-se meta e finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, instituiu, em definitivo, o ensino fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças com seis anos de idade.

Conforme essa Lei o prazo para a implementação do Ensino Fundamental de nove anos no Brasil foi até 2010. É importante citar também que a resolução nº 7, de dezembro de 2010 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. As mesmas articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, reunindo princípios, fundamentos e procedimentos buscando, sobretudo, a organização do trabalho educacional.

Com a aprovação da Lei nº 11.274/2006, ocorrerá a inclusão de um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram, majoritariamente, incorporadas ao ensino – na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p.5)

Para que a escola, os educadores e os sistemas de ensino estivessem preparados e informados para essa nova demanda, o Ministério da Educação, juntamente com outros órgãos da educação criaram vários documentos, entre eles destaca-se o livro publicado em 2007, “Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”. Nele encontra-se reunido um material para dar suporte ao trabalho com este público.

O livro é composto por nove artigos, que são: A infância e sua singularidade, por Sônia Kramer; A infância na escola e na vida: uma relação fundamental, por Anelise Monteiro do Nascimento; O brincar como modo de ser e estar no mundo, por Ângela Meyer Borba; As diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola, por Ângela Meyer Borba e Cecília Goulart; As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento, por Patrícia Corsino; Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica, por Telma Ferraz Leal, Eliana Borges Correia Albuquerque e Arthur Gomes de Moraes; A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos orientadores, por Cecília Goulart; Avaliação e aprendizagem na escola: a prática pedagógica como eixos de reflexão, por Telma Ferraz Leal, Eliana Borges Correia de Albuquerque e Arthur Gomes de Moraes; e por fim, Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade, por Alfredina Nery. Esse material serve como base norteadora para os profissionais de educação, principalmente os que atuam com crianças que ingressam aos seis anos no ensino fundamental obrigatório.

Segundo o Ministério da Educação (2007), foi constatado que as crianças que ingressam mais cedo na escola apresentam, em sua maioria, resultados superiores em comparação com aquelas que ingressam aos sete anos. Porém, é importante ressaltar que o ingresso das crianças de seis anos no ensino fundamental não pode e nem deve constituir uma medida meramente administrativa, necessitando, sobretudo, de atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem das mesmas. Para tanto, é necessário possuir conhecimentos e respeito às suas características psicológicas, etárias, culturais, sociais e cognitivas.

A implementação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração exige tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. (BRASIL, 2007, p.7)

Em si tratando da implementação do ensino fundamental de nove anos, existe uma grande discussão em torno da introdução da criança de 6 anos no ciclo inicial do ensino fundamental. Como foi visto, a implantação dessa política concretiza a presença da criança de seis anos na escola. Antes a duração da escolarização obrigatória brasileira era uma das menores da América Latina.

São inegáveis os benefícios para as crianças, pois cada vez mais, vem sendo associado o tempo de escolarização ao bom desempenho das habilidades e competências relacionadas à apropriação da leitura e da escrita, demonstrando assim, o efeito positivo nos desempenhos dos educandos. Portanto, a matrícula das crianças mais cedo na escola proporciona condições

mais adequadas para alfabetizá-las. Uma importante base para o processo de alfabetização consiste na familiarização com o universo da escrita e também com a cultura escolar. Portanto, o ingresso da criança mais cedo na escola, significa experimentar de maneira mais antecipada à cultura da escola e da escrita.

Vale ressaltar a importância da continuidade do processo de alfabetização que não deve ser disperso entre a educação infantil e o ensino fundamental. O que deve haver é uma continuidade, que jamais deve ser interrompida, pois se sabe que não é apenas no primeiro ano do ensino fundamental que ocorre a alfabetização plena. Esse processo ocorre desde que a criança entra em contato com o universo das letras e imagens e se prolonga por muitos anos. De acordo com o exposto Frade (2007, p.78) ressalta que:

Além desses efeitos na continuidade da escolarização, na melhoria de condições de favorecimento do contato e uso da escrita pelas crianças e na focalização da política de alfabetização, ressalta-se que essa nova política traz impactos sérios na cultura dos docentes e dos gestores e na política educacional exatamente porque traz uma mudança estrutural.

A riqueza desse processo deve ser aproveitada, a fim de buscar o sucesso na realização do trabalho pedagógico, onde, a proposta da continuidade da alfabetização abre novos horizontes. Frade (2007. P.78-79) afirma que:

Essa política de cunho estrutural repercute, de maneira geral, nas questões de financiamento, na abertura de vagas, na construção de novas salas de aula, na compra de mobiliário, na demanda por material didático e numa mudança da estrutura curricular, desde que se crie uma zona de instabilidade produtiva para mudar as coisas de lugar.

Com relação a propostas de inovação, essa mudança pode envolver expectativas positivas dos educadores e gestores, portanto, devemos aproveitar a riqueza que esse processo de transição proporcionou. Segundo Frade (2007), o direito de freqüentar uma escola obrigatória a partir dos seis anos significa mais um direito à educação do que à alfabetização, embora a entrada antecipada na escola tenha causado impactos no tempo da alfabetização, essa não foi a política prioritária.

Em relação a implementação dessas políticas, Frade (2007) acrescenta que é possível afirmar como uma das repercussões fundamentais, a antecipação de um ano ao direito pela introdução em práticas escolares, e sobretudo, em práticas escolares de alfabetização, pois passou a ser garantido em lei o direito a introdução de todas as crianças com seis anos de idade ao ensino

fundamental, visto que a educação infantil em nosso país ainda não faz parte do ensino público obrigatório.

No Brasil, muitos professores acreditam que é cedo para alfabetizar crianças com seis anos, como se as mesmas chegassem a escola hoje sem experiências de escrita na publicidade, nas telas de televisão, na circulação de bens de consumo, na burocracia entre outros. Enquanto os sistemas públicos discutem essa antecipação, as crianças que estudam em escolas particulares são duplamente favorecidas, pois encontram no espaço doméstico e no espaço escolar um ambiente propício para o desenvolvimento de experiências letradas. Conforme Frade (2007, p.83):

De qualquer forma, parece que a velha polêmica do final dos anos de 1980 ainda prevalece: Qual a melhor idade para alfabetizar as crianças? Se formos considerar que a polêmica é essa é bom ressaltar que nós estamos esquecendo de que podemos trabalhar o mundo da escrita com as crianças desde que elas vejam sentido nas atividades que realizam e desde que a escola e a sociedade indiquem para elas os benefícios de usufruir do mundo da escrita.

É importante ressaltar que a escola fundamental deve buscar uma crescente progressão e sistematização, pois o trabalho com a cultura escrita, em sua amplitude, não é período preparatório, mas sim um aspecto constitutivo das práticas do uso da escrita, antes durante e depois da alfabetização inicial.

Frade (2007) relata que é o contato desde a educação infantil com a cultura escrita proporcionará um conjunto de representações mentais acerca da escrita, bem como, sobre o funcionamento da linguagem em geral. A partir dessa colocação, vale ressaltar a importância da não exclusão da interação oral e das conversas compartilhadas em relação aos textos orais e escritos que servirão para ajudar na compreensão do maravilhoso universo da linguagem, na leitura fluente e na melhoria da compreensão dos textos.

O ideal seria que toda a educação infantil se tornasse obrigatória, para haver um sequenciamento e melhoramento das possibilidades de contato com o mundo letrado de forma mais cedo. Mas enquanto isso não acontece, vale enfatizar os benefícios que a literatura infantil pode trazer para o primeiro ano do ensino fundamental. Proporcionando através de suas qualidades e peculiaridades um envolvimento das crianças com o uso das palavras e imagens, influenciando as mesmas ao gosto pela leitura e escrita, bem como possuir a oportunidade de viajar sem, no entanto sair do lugar, tornando esse período mais acolhedor e

prazeroso. O uso da literatura infantil com crianças que estão em processo de alfabetização é de grande relevância, pois traz muitas contribuições para essa fase de escolarização.

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

A literatura infantil oferece diversas possibilidades de utilização, em especial, na alfabetização de crianças. Elas estão em uma fase onde a fantasia, a imaginação e a curiosidade estão aguçadas. Conforme Saraiva, Mello e Varela (2001, p.84): “Sendo resposta a indagações humanas, a literatura exerce função de reconhecimento, pois impele o leitor a situar-se criticamente diante do mundo representado e do processo de sua representação”.

As crianças em fase de alfabetização levantam hipóteses sobre a escrita e a leitura, contam e recontam histórias, demonstram seu fascínio pelos textos infantis variados. Dessa forma, a literatura infantil transforma-se em um meio ou instrumento hábil que pode facilitar o processo de alfabetização, oferecendo aos educandos formas de desenvolver a interpretação, o desenvolvimento da sua imaginação, maneiras variadas de ver o mundo que os rodeia, a ampliação gradativa do vocabulário e a apropriação do código escrito desenvolvendo, conseqüentemente, o gosto pela leitura. “É por isso que ela deve ser o mais saudável, novidadeira, surpreendente, estimulante, lúdica – e isso tudo a literatura oferece”. (MARILHA, 2009, p.56).

Nos subtópicos que seguem destacam-se algumas contribuições da literatura infantil para as crianças em fase de alfabetização, ressaltando que o mais importante é que a alfabetização de crianças se dê com satisfação, em momentos de prazer e descontração, sem “torturas” psicológicas ou cobranças. Dessa forma, o desenvolvimento dos educandos nessa fase ocorre de forma mediada a depender do empenho do educador/alfabetizador, em conjunto com a escola e a família.

2.2.1 A LITERATURA INFANTIL E A APROPRIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA ALFABÉTICA

A aprendizagem da leitura e da escrita se configura num processo longo e complexo, que tem início muito antes da educação escolar. Desde muito cedo, a escrita torna-se objeto de atenção por parte da criança, em uma sociedade letrada. Isso acontece quando ela começa a interagir com a língua e/ou quando tenta compreender o mundo, com seus significantes e significados. Porém, essa aprendizagem não ocorre sem estímulos, apesar de a escrita fazer parte da vida das pessoas.

As crianças que ingressam no primeiro ano do ensino fundamental em escolas públicas, apresentam diferenças bruscas, em si tratando de experiências anteriores com o código escrito. Enquanto algumas entram na escola apresentando bastante intimidade com a linguagem escrita, outras ingressam com pouca vivência com essa prática. A partir daí ocorrem profundas desigualdades, cabendo a escola o papel de compensar, ou pelo menos amenizar essas diferenças.

Através do fascínio que ocorre de forma inconsciente na criança com relação aos acontecimentos imaginários que envolvem uma boa literatura infantil, ocorre um esforço considerável por parte das crianças para decodificar os textos, facilitando com isso, o alcance da difícil tarefa de aprender a ler e a escrever. A criança ao ter acesso ao código escrito obtém o poder de participar do mundo, até então secreto, dos adultos. Essa fascinação aumenta ainda mais quando ela descobre que poderá encontrar respostas às suas indagações interiores. Conforme relata Saraiva, Mello e Varella (2001, p.82), “Ao defrontar-se com textos de valor estético e cultural, que traduzem o sentido da existência por engendram respostas para os seus conflitos e emoções, a criança acrescenta um novo estímulo à sua vida”.

A aprendizagem da leitura fornece à criança a sensação de que através dela, pode-se alcançar um mundo que se revela. Porém, o educador assume um papel extremamente importante para que tudo ocorra com sucesso ao unir literatura infantil e alfabetização de crianças, pois a seleção do material utilizado por ele poderá contribuir muito para o alcance dos objetivos ou poderá também ocasionar um desprazer ou falta de interesse pela leitura, tanto por parte das crianças quanto por parte dos educadores.

A poesia se configura em um bom exemplo de textos que estimulam a criança em si tratando do prazer em recitar ou escrever textos. Saraiva, Mello e Varella (2001, p.82) enfatizam que:

O estrato fônico é o que primeiro atrai a atenção das crianças, proporcionando-lhes a fruição estética. Sensível a jogos de palavras, próprias da produção poética folclórica (quadras, brincos, parlendas, trava-línguas, adivinhas), a criança sente prazer no jogo de semelhanças e contrastes sonoros entre as palavras, independente da significação.

A leitura de textos literários contribui para o desenvolvimento das áreas afetiva e intelectual da criança. Por conta disso, na fase da alfabetização, a sua utilização oferece aos educandos, segundo Saraiva, Mello e Varella (2001, p.83):

(...) a oportunidade de se apoderarem da linguagem, uma vez que a expressão do imaginário as liberta das angústias próprias do crescimento e lhes proporciona meios para compreender o real e atuar criativa e criticamente sobre ele.

(...), os textos literários transcendem o estatuto de meio ou de instrumento hábil a facilitar o processo de alfabetização, para se afirmarem como elemento essencial, capaz de harmonizar a relação sujeito-mundo, oferecendo àquele outra via de reflexão.

O uso da literatura infantil surge como importante suporte para o processo de apropriação da leitura e escrita alfabética. Através dela a criança tem contato com textos interessantes e divertidos, ao mesmo tempo aprendem sobre o papel social da escrita como forma de comunicação. O uso de textos diversificados contribui de forma importante para o interesse da criança que está em processo de alfabetização, ocorrendo a apropriação progressiva do código escrito.

Nas séries iniciais a prática da leitura pressupõe a prática da escrita, num momento onde se mobiliza e libera a imaginação, ao retrabalhar a linguagem de forma criativa, a criança passa a se apropriar da mesma. O aprendizado da leitura e da escrita, segundo menciona Franchi (1997, p.140), “tem que orientar-se sempre para o que seja ler e escrever e nenhum processo ou método de alfabetização será eficaz se retirar de perspectiva o valor da escrita e da leitura na prática social contemporânea”.

Conforme Ferreiro e Palacio (2003), o aprendizado da leitura e da escrita implica no desenvolvimento de estratégias, por parte da criança, para obter o sentido do texto. Porém, isso só ocorre se os educandos tiverem contato com textos significativos e que tenham sentido para eles. Trata-se de dar a criança ocasiões de aprendizagem permitindo-lhes que façam

hipóteses e que através da mediação do educador tenham um contato mais íntimo com a leitura e a escrita.

A literatura infantil garante o cumprimento de dupla finalidade: primeiro, possibilita que a criança compreenda melhor o contorno do real e as emoções que este provoca; e segundo, incentiva a produção de textos, a partir da apropriação de textos existentes. Por conta disso, julga-se imprescindível que a escola busque conhecer e desenvolver na criança as competências da leitura e da escrita, e, conseqüentemente, como a literatura infantil pode influenciar de maneira positiva neste processo. Durante essa etapa, o professor tem um papel muito importante, pois conforme Zilberman (2003, p.29):

(...), não é atribuição do professor apenas ensinar a criança a ler corretamente; se está a seu alcance a concretização e expansão da alfabetização, isto é, o domínio dos códigos que permitem a mecânica da leitura, é ainda tarefa sua o emergir do deciframento e compreensão do texto, pelo estímulo à verbalização da leitura procedida, auxiliando o aluno na percepção dos temas e seres humanos que afloram em meio à trama ficcional.

Vale ressaltar que o processo de apropriação da leitura e escrita alfabética é lento e difícil, cabendo ao educador estimular seus educandos de forma positiva e tornar esses momentos prazerosos, tanto para a criança quanto para ele próprio, e que com a apropriação do código escrito ocorrem possibilidades de formação do gosto pela leitura e a literatura infantil pode ser um excelente incentivo.

2.2.2 A LITERATURA INFANTIL E A FORMAÇÃO DO LEITOR

Desde muito cedo é perceptível ver crianças fazendo leituras das mais variadas formas, desde leituras de imagens a leitura de rótulos. Elas se utilizam de hipóteses para desvendar a escrita, principalmente das palavras que estão presentes e em seu cotidiano. As crianças, principalmente as que estão em processo de alfabetização não recebem as informações de forma passiva, elas fazem interpretações e trazem experiências de vivências com o código escrito. Partindo de seu conhecimento prévio e dos seus propósitos, formam uma série de hipóteses, tanto acerca da estrutura quanto do conteúdo do texto. É importante compreender que a utilização da literatura infantil abre novos horizontes não só para crianças em processo de alfabetização, mas também contribui para a formação de futuros leitores. Cada uma das espécies literárias (fábulas, lenda, contos populares, contos de fadas tradicionais, narrativas

curtas, narrativas por imagens) pode constituir-se como objeto de leitura para as crianças em processo de alfabetização. Conforme expõe Zilberman (2003, p.30):

A justificativa que legitima o uso do livro na escola nasce, pois, de um todo, da relação que estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância; e, de outro, do papel transformador que pode exercer dentro do ensino, trazendo-o para a realidade do estudante e não submetendo este último a um ambiente rarefeito do qual foi suprimida toda a referência concreta.

O incentivo a leitura pode se dá através da literatura infantil, que é uma modalidade de leitura fundamental no espaço escolar. A utilização de textos infantis favorece a criatividade, a aprendizagem, o prazer pela leitura, pois se trata de um dos melhores mecanismos de incentivo ao desenvolvimento da criança, considerando que traz conteúdos recreativos e outras motivações. A autora Zilberman (2003, p.16) afirma que:

(...), a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Revela-se imprescindível e vital um redimensionamento de tais relações, de modo que eventualmente transforme a literatura infantil no ponto de partida para um novo e saudável diálogo entre o livro e seu destinatário mirim.

Os livros de literatura infantil possuem uma gama de possibilidades de uso, além de trazer uma linguagem mais lúdica o que permite compreender o texto de maneira mais criativa. “A leitura de textos poéticos à criança em fase de alfabetização, não só aproxima ao livro como fonte de conhecimento e prazer, como exerce papel importante na formação da expressão verbal” (Cademartori, 2006, p.72). A proposta de leitura de textos literários no processo de alfabetização pressupõe a formação educando-leitor que transita, necessariamente pela capacitação do educador-leitor. Nesse sentido, a escola assume a responsabilidade de além de iniciar o educando no processo de alfabetização, contribuir gradativamente para aperfeiçoar sua leitura, de forma que garanta o domínio de uma dada prática mostrando caminhos para leituras diversas e inesgotáveis. Conforme relata Saraiva (2001, p.23):

Assim, embora o processo de alfabetização se dirija à apropriação das operações de um código – a língua escrita, com seus mecanismos de leitura e escritura, complementares entre si –, a preparação do leitor efetivo passa pela adoção de um comportamento em que a leitura deixe de ser atividade ocasional para integrar-se à vida do sujeito como necessidade imperiosa, de que decorrem prazer e conhecimento.

Cabe a escola, além de alfabetizar criar possibilidades de seus educandos, favorecer a aquisição do código escrito e através dele promover a convivência com a tradição literária, ou

seja, espera-se da escola a formação do leitor. Cabe ao educador aproveitar todos os benefícios que essa junção pode proporcionar. A proposta de fazer leituras de textos literários durante o processo de alfabetização de crianças, buscando a formação do leitor, conforme relata Saraiva, Mello e Varella (2001, p.83), “(...) sustenta-se em quatro ações básicas: na seleção de textos; na proposição de atividades de leitura e de produção textual; e no envolvimento de atores que legitimam o esforço dos docentes, voltado para a promoção da leitura”.

A criança tem no educador e nos adultos que a cercam um referencial que na maioria das vezes é seguido. Através das atividades de produção textual que compreendem ações das mais variadas, contendo diferentes modalidades de linguagem, busca-se promover a capacidade expressiva e comunicativa das crianças, isso se torna possível através do envolvimento da comunidade escolar. Saraiva, Mello e Varella (2001, p.87):

A compreensão de que a leitura e a produção textual devem ser orientadas para um público receptor e a convicção de que o trabalho com a literatura só se solidifica mediante o apoio dos diferentes atores que compõem o ambiente escolar conduz à dinâmica da articulação entre literatura e alfabetização. Ela envolve os alunos da escola, a administração e a supervisão escolar e os pais, transformando-os em interlocutores do processo e co-responsáveis pelo sucesso da aprendizagem e pela valorização do livro e da leitura.

Para o alcance do objetivo de formar leitores é necessário haver a participação de todo corpo escolar, inclusive a colaboração da família da criança, pois o exemplo é um bom reforço para as mesmas, esses estímulos agem positivamente nos resultados, ocasionando em um maior desenvolvimento das crianças. Porém, para que haja um resultado positivo faz-se necessário que o educador/alfabetizador examine sua prática, revendo como faz uso da literatura infantil como recurso pedagógico, bem como os critérios que devem utilizar para selecionar textos infantis que se pretende trabalhar com as crianças.

2.2.3. A LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PEDAGÓGICO E OS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS

O uso da literatura infantil no processo de alfabetização é indispensável na escola, pois esta proporciona um rico acervo de possibilidades de atividades que podem ser desenvolvidas e que favorecem um aprendizado mais eficiente e harmonioso. “Preservar as relações entre a literatura e a escola, ou o uso do livro em sala de aula, decorre de ambas compartilharem um aspecto em comum: a natureza formadora” (Zilberman, 2003, p.25). No primeiro ano do ensino fundamental aonde algumas crianças chegam às escolas públicas sem nenhuma experiência com textos infantis, o trabalho com os mesmos configura-se como extremamente necessário, visto que proporciona inúmeras contribuições. Emilia Ferreiro (2000, p.102) expõe que:

A pré-escola deveria permitir a todas as crianças a liberdade de experimentar os sinais escritos, num ambiente rico em escritas diversas, ou seja: escutar alguém lendo em voz alta e ver os adultos escrevendo; tentar escrever (sem estar necessariamente copiando um modelo); tentar ler utilizando dados contextuais, assim como reconhecendo semelhanças e diferenças nas séries de letras; brincar com a linguagem para descobrir semelhanças e diferenças sonoras.

É muito importante que em uma sala de aula que se pretenda desenvolver atividades de alfabetização contenha sempre textos para ler. As crianças não devem ser mantidas distantes da língua escrita, entretanto, não se trata de ensinar o modo de sonorizar as letras, ou de introduzir exercícios de escrita mecânicos, nem tão pouco a repetição em coro na sala de aula. Cademartori (2006, p.78) explana que: “No primeiro ano de escolarização, estimula-se o desenho e a escrita sem valorizar o rabisco, atividade anterior e ordenadora, tanto de um quanto de outro”. Os desenhos livres são muito importantes, pois a partir deles tem-se a noção de como a criança está se desenvolvendo.

A atividade lúdica na fase que envolve o processo de alfabetização torna-se uma ponte entre a criança e o universo da língua. Nela, o educador pode se apoiar para aplicar métodos no intuito de obter resultados positivos, em si tratando de aprendizagem significativa. O desenvolvimento dessas atividades é muito importante. Para Cademartori (2006, p.70), a “relação dessa atividade lúdica com a introdução da criança à escrita se dá na medida em que facilita o acesso por tornar oportuno à criança centrar a atenção nos meios, ou seja, nas formas da língua, enquanto nos contextos comunicativos correntes a atenção é focada nos fins”.

Contudo, o reconhecimento dessa importância no período de alfabetização com o intuito de estimular a expressão, conduz o adulto a desejar estimular a atividade lúdica. Porém, segundo Cademartori (2006, p.71), “A interferência de um professor, por exemplo, pode inibir a brincadeira, que passará a ter uma direção e um reforço externo que pode frustrar sua gratuidade”. Saraiva, Mello e Varella (2001, p.83) faz a seguinte consideração:

Receber para produzir e vice-versa pressupõem que se faça da sala de aula um ambiente de fomento à leitura, onde coloquem a disposição dos alunos textos literários de valor estético e se propiciem condições de vivenciar a literatura não como pretexto para a ampliação do vocabulário, ou para a execução de exercícios que desmembram o texto em fragmentos sem sentido, mas como ato comunicativo, isto é, como diálogo.

Conhecer de forma íntima os alunos facilita ao educador fazer uma boa escolha do material literário que serão utilizados em sua prática docente, pois quando se centra na seleção de textos literários para o trabalho com crianças nas séries iniciais, principalmente com crianças do primeiro ano do ensino fundamental, o educador deve ter critérios na reunião desse material, visando explorar as potencialidades que o texto infantil dispõe entrando na intimidade dos educandos, fazendo-os se envolver de forma considerável com os textos, porém tendo cuidado redobrado com o material utilizado por ele. De acordo com essa colocação cito Jardim (2001, p.75) que enfatiza o seguinte:

Atualmente, uma grande quantidade de obras infantis e juvenis é lançada no mercado. Somando-as às histórias clássicas já conhecidas e às recentes publicações de anos anteriores, o professor que irá realizar um trabalho com literatura terá, para sua escolha, uma variedade considerável de obras, algumas muito boas, mas a maioria de qualidade duvidosa.

“Uma rápida visita às sessões infantis das livrarias ou das bibliotecas permite avaliar as dificuldades que se apresentam àquele que pretende selecionar um bom acervo de literatura para seus alunos” (Jardim 2001, p.75). Para tanto, o educador precisa estar repleto de conhecimentos teóricos sobre a importância e a função que a literatura infantil exerce para a formação da criança. Faz-se necessário também que, o educador tenha objetivos claros estabelecidos anteriormente para o trabalho que desenvolverá com as crianças. Em relação a esse cuidado com o material a ser utilizado pelo educador/alfabetizador, vale ressaltar, segundo Jardim (2001, p.75) que:

O ponto de partida a ser considerado diz respeito aos aspectos materiais, já que a primeira interação da criança com o livro se dá através das impressões visuais e táteis: a capa, o tamanho, o formato, o peso, a espessura e a qualidade do papel, o número de páginas, o

equilíbrio entre ilustração e texto, o tamanho e o tipo de letras usados, as técnicas de ilustração e as cores.

Essas características expostas podem afastar ou atrair o leitor infantil, pois o mesmo é mais sensível com relação a esses aspectos do que o adulto. A análise desses elementos deve levar em conta a faixa etária da criança, pois quando são muito pequenas precisam manusear livros mais resistentes, com folhas grossas que facilitem o manuseio, com um número considerável de ilustrações e letras bem grandes. “Para leitores em fase de alfabetização, o texto deve ser curto, o vocabulário acessível e a ilustração, facilitadora da compreensão da história”. (Jardim 2001, p.76). Segundo Jardim (2001, p.76-77):

O texto literário, sobretudo o infantil, deve, obviamente, apresentar o registro escrito convencional (exceto as incorreções deliberadas do autor em função de um efeito pretendido). Não é raro haver edições mal revisadas, cheias de erros, alguns bastante grosseiros. Para um leitor em fase de alfabetização, isso pode acarretar problemas imediatos, uma vez que ele ainda está processando a aquisição do código escrito. Livros que apresentam esse tipo de problema devem, portanto, ser descartados.

Conforme o que foi exposto aqui, percebe-se que não é tarefa simples fazer a seleção do material que será utilizado pelo educador/alfabetizador em suas aulas. A utilização da literatura infantil como recurso pedagógico requer muita atenção e compromisso por parte de todos os responsáveis por esta seleção.

Não se pode esquecer que em virtude de sua origem e trajetória estreitamente ligadas à escola, até hoje a literatura infantil não perdeu algumas características pedagógicas. Entretanto, não se pode negar que a literatura infantil se configura como rico instrumento pedagógico a ser utilizado pelo educador em sua prática, pois os objetivos, os métodos e o compromisso com a criança não podem ser esquecidos.

Segundo Saraiva, Mello e Varella (2001, p.84), o que deve orientar a seleção de textos literários, é a “(...) importância da literatura para o processo de autoconhecimento da criança e de sua inserção no real, bem como para o desenvolvimento de seu senso crítico diante da linguagem, (...)”. Os educadores/alfabetizadores devem estar atentos a isto, principalmente, pelo fato de que nos primeiros anos do ensino fundamental, não se almeja apenas desenvolver habilidades de alfabetização, mas, sobretudo, proporcionar as crianças o contato com as diversas áreas do conhecimento. Além disso, e a riqueza contida na literatura infantil pode se configurar em uma importante aliada para o trabalho docente com crianças que se encontram nesta fase.

2.3 ENTREVISTAS COM EDUCADORORES/ALFABETIZADORES DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Através dos estudos bibliográficos realizados houve a necessidade de conhecer a prática pedagógica real de profissionais que atuam com a alfabetização de crianças no primeiro ano do ensino fundamental e para isso realizei diálogos e entrevistas com questionário de perguntas que abordam a importância do uso da literatura infantil no processo de alfabetização. Entrevistei educadoras de escolas públicas e particulares das cidades de Salvador e Candeias para contribuir com o estudo realizado na área, porém apenas seis das entrevistadas estavam disponíveis para responder o questionário da pesquisa. Através do diálogo aberto e da entrevista aplicada foi possível compreender muitas questões sobre a prática dos educadores responsáveis pela alfabetização de crianças que estão nessa etapa de escolarização.

Todas as educadoras que responderam o questionário afirmaram ter a formação superior em pedagogia. Quatro entrevistadas atuam na rede pública de ensino, e duas em escolas particulares. As educadoras têm em média aproximadamente sete a oito anos que atuam na área de educação. Com a alfabetização de crianças as entrevistadas possuem em média quatro anos de prática, com exceção de uma que vivencia neste ano sua primeira experiência como professora.

Quando indagadas sobre a formação acadêmica, se era enfatizada a importância da utilização da literatura infantil no processo de ensino-aprendizado de crianças, três das educadoras afirmaram que sim, porém três declararam que não, a educadora número quatro afirma que: “No meu curso de pedagogia é visto bem pouco discussões sobre esse tema, principalmente nos componentes curriculares e no meio acadêmico, eu tive experiência com a literatura infantil em atividades extra curriculares e em estágios”, já a entrevistada número cinco diz que: “A literatura infantil era mais ressaltada como um instrumento para favorecer o gosto pela leitura pelas crianças, bem pouco era retratada como um recurso para o processo de ensino-aprendizagem pelas crianças”.

Dentre as educadoras que preencheram o questionário, todas acreditam que o uso da literatura infantil na sala de aula contribui significativamente para a apropriação da leitura e escrita alfabética. Para a entrevistada n.º 2, “as crianças se envolvem muito com histórias, poemas, parlendas. Elas escrevem palavras relacionadas com as histórias e leem também algumas. Parece que se esforçam para descobrir como se lê e se escreve”. Por isso acredita que a

literatura infantil colabora sim com o processo de alfabetização. Resposta semelhante deu essa outra entrevistada:

Sim, é muito importante o uso da literatura infantil para a aquisição da leitura e da escrita pelas crianças. Desde cedo as crianças devem estar bem próximas da leitura e dos livros, porque isso as ajuda a aprender a ler e escrever. As crianças precisam experimentar antes para depois aprender a ler e a escrever. E isso é possível através da literatura infantil (ENTREVISTADA n° 4)

Outra questão foi sobre a presença da literatura infantil nas práticas pedagógicas de seus educadores quando as mesmas foram alfabetizadas. Somente a educadora número dois afirmou que não se recorda desse período e que a única lembrança é de atividades de cartilhas e de cópia “Me recordo pouco sobre essa época, eu me lembro que fazia muita cópia e decorava a cartilha e a tabuada. Lembro também de algumas músicas em tempos de festa. Não me lembro de ouvir histórias nessa época”. As demais educadoras declararam que a literatura infantil esteve presente em sua escolarização inicial, a entrevistada número quatro afirma:

Sim. Durante minha formação quando criança eu me recordo de algumas atividades que eram realizadas pelas minhas professoras com a literatura infantil como um recurso para ajudar na aquisição da leitura e da escrita, eu me recordo que era muito realizado a contação de histórias com o acompanhamento de ilustrações, peças teatrais, fantoches e também muita história cantada. Eu gostava muito, pois eram momentos prazerosos em que aprendia sem perceber que estava aprendendo. Hoje posso perceber o quanto esses momentos foram importantes para a minha formação.

A educadora número um fez uma interessante declaração: “Sim. Não muito, mas lembro de alguns momentos. Mas, o conhecimento de literatura infantil que adquirir devo mais a minha família que sempre se preocupou com minha formação leitora”. Nesse depoimento percebemos a importância da participação da família na formação do leitor.

Todas as entrevistadas afirmaram ter uma preocupação em utilizar atividades que envolvam a literatura infantil com os seus educandos. Ressaltaram a importância de desenvolver diversas atividades com textos variados, pois afirmaram que seus educandos se envolvem muito com a literatura infantil devido à idade em que se encontram. A educadora número quatro afirmou que:

Sim. Eu me procuro em utilizar a literatura infantil para divertir e para ser um auxílio para eu mediar algum conhecimento, principalmente para ajudar no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita pelos meus docentes. A literatura infantil é um recurso muito importante e útil, para mim é extremamente necessário. É muito

importante deixar a criança exposta aos livros, as figuras e as histórias, sejam cantadas ou contadas. Toda sala de aula deve ter um cantinho da leitura com diversos livros que realmente sejam utilizados pelo educador e pelos educandos.

Porém em alguns depoimentos ficou marcado a dificuldades em executar atividades que enfatizam o uso da literatura infantil, pois a obrigação em ter que seguir um planejamento fixo não dá espaço para a prática constante dessas atividades. Como exemplo destaco o depoimento da entrevistada número um:

Sim, tenho dificuldades para trabalhar com literatura. É o primeiro ano que estou trabalhando com o 1º ano, quando comecei, em abril, o ano letivo já havia começado, portanto os meus alunos estavam acostumados com outro ritmo de trabalho que se baseava na cópia. O que mais me impressionava era a habilidade que eles desenvolveram em transcrever um texto do quadro, muitos em letra cursiva, perfeita para a idade, mas muitos com dificuldades em reconhecer letras, números e cores.

Além de outros fatores, percebi que isso se devia a pouca capacidade de concentração dessas crianças. Por isso, inicialmente explorei mais a literatura infantil para apreender a atenção e explorar alguns conceitos. Mas, depois, me vi “obrigada” a diminuir essa prática em função da lista enorme de conteúdos (de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e de projetos diversos determinados pela Secretaria de Educação) que deviam ser trabalhados nesta série.

A resposta da entrevistada número dois confirma o exposto no depoimento acima quando faz a seguinte colocação: “Eu tenho a preocupação em desenvolver atividades, mas nem sempre é possível por conta de uma série de conteúdos que tenho que aplicar com as crianças”.

Dessa forma não é considerado que a criança nessa fase necessita estar inserida em uma realidade escolar que promova de forma prazerosa o contato com a cultura escrita. Alguns educadores responsáveis pela educação/escolarização dessas crianças na maioria das vezes são obrigados a negligenciar, mesmo contra a sua vontade, práticas que envolvem a literatura infantil para seguir um planejamento que em sua grande maioria não atende a real necessidade dos educandos.

Isso ficou confirmado quando as entrevistadas foram questionadas sobre a frequência da utilização da literatura infantil em suas práticas pedagógicas. As educadoras número um e dois responderam que a utilizam apenas uma vez por semana, justificando que a obrigação de trabalhar os conteúdos programados dificulta na realização das atividades com a literatura infantil, embora ambas afirmem ser importante a presença da mesma em sala de aula. As demais educadoras declaram fazer uso da literatura em suas práticas pedagógicas em todos os

dias da semana, de acordo com a educadora número cinco: “Realizo atividades que envolvam a literatura infantil todos os dias na sala de aula, pois é um recurso que me ajuda, que me dá suporte em mediar o conhecimento com meus alunos”.

Quando as entrevistadas foram indagadas se as escolas que trabalham como também elas promovem atividades que incentivem o gosto pela leitura, fizeram as seguintes declarações:

A escola em si não. As atividades promovidas por mim são as rodas de leitura e o cantinho da leitura. (Entrevistada nº 1)

Às vezes. Porque os livros ficam guardados, mas quando é possível eu trago de casa alguma história nova e as crianças adoram. (Entrevistada nº 2)

A escola trabalha com recontos e dramatizações de histórias. (Entrevistada nº 3)

Sim. Uma das práticas realizadas pela escola e que todas educadoras devem adotar em sala de aula é a contação de histórias com a criança, deixar os livros em fácil acesso pelas crianças e também realizar a ciranda de livros em que toda semana é enviado para casa um livro infantil para ser lido em casa pelos pais, para promover o gosto pela leitura, para ajudar no processo de aquisição da leitura e da escrita e para aproximar os pais de seus filhos e ao retornar a escola as crianças devem falar o que acharam da historinha que levaram para casa. (Entrevistada nº 4)

Sim. São realizadas oficinas literárias, peças teatrais para as crianças, entre outras atividades que envolvem a literatura infantil. (Entrevistada nº 5)

Sim. Temos várias atividades. (Entrevistada nº 6)

Ao serem questionadas se a escola que trabalham fornece materiais e promovem palestras sobre a literatura infantil, que incentivem e oriente o trabalho docente das mesmas, duas afirmaram não ter nenhum tipo de incentivo. As demais declararam que recebem bastante orientação e incentivo por parte da escola onde trabalham.

Quando inferidas se as escolas em que atuam possuem uma biblioteca com acervo de livros infantis, duas educadoras afirmaram que não existe biblioteca na escola e isso dificulta o acesso das crianças aos livros, a entrevistada número um destaca que: “Apesar de não haver biblioteca. Há bons livros de literatura infantil na secretaria da escola, disponíveis para os professores, mas não há um sistema de empréstimo para os alunos.”, e a entrevistada número dois também faz uma interessante afirmação: “Os poucos livros ficam trancados em um armário”. É importante destacar que essas educadoras trabalham na rede pública de ensino. Segundo as entrevistadas a explicação dada pela escola para justificar os livros trancados nos armários é para que as crianças não danifiquem os livros, porém afirmam que isso é questão

de educá-las. As demais educadoras declararam que as escolas onde trabalham possuem sim uma biblioteca infantil, com muitos livros que foram selecionados de acordo com a idade e com a proposta da escola, porém em alguns casos os livros não estão em fácil acesso para que as crianças possam manuseá-los com liberdade, conforme relata a entrevistada número cinco que diz: “O problema da escola é que existem livros, existe um acervo, mas infelizmente os livros não ficam em fácil acesso para as crianças poderem manuseá-los”.

Sobre os critérios que as educadoras utilizam para escolher os livros e textos que serão utilizados em suas atividades em sala de aula as educadoras afirmaram que:

O gosto das crianças. (Entrevistada nº 1)

Sempre que vou utilizar um material, eu leio antes para me certificar da procedência e ver se é realmente interessante para as crianças. Eu já conheço o gosto delas. (Entrevistada nº 2)

Observo principalmente o enredo, as ilustrações e o vocabulário. (Entrevistada nº 3)

Eu procuro os livros indicados para a idade das crianças e que atenda o meu propósito para a atividade que será elaborada na sala de aula. (Entrevistada nº 4)

Eu escolho o livro ou a história que possui uma linguagem adequada, que possuam historinhas interessantes de acordo com a faixa etária das crianças e que atenda a minha necessidade no momento que esteja de acordo com a atividade que irei aplicar. (Entrevistada nº 5)

Antes de apresentar o material para as crianças eu analiso todos os livros, olho as figuras, leio com atenção o conteúdo dos textos, pois, devemos ficar atentos ao que oferecemos para nossas crianças. (Entrevistada nº 6)

Todas as educadoras entrevistadas mostraram ter uma preocupação com a seleção do material a ser utilizado com as crianças isso foi percebido através dos relatos.

As entrevistadas destacaram várias atividades utilizadas por elas com o uso da literatura infantil, entre as principais atividades relatadas estão: a roda de leitura, o cantinho da leitura, a contação de histórias, dramatização, interpretação coletiva, teatro de fantoches, oficinas literárias, entre outras.

As educadoras enfatizam a importância em promover atividades que desenvolva na criança o prazer pela leitura, que colabore no processo de ensino-aprendizado da leitura e da escrita, no desenvolvimento do vocabulário, na capacidade de interpretação e de concentração pela criança. No tocante aos benefícios trazidos pelo uso da literatura infantil com crianças do primeiro ano do ensino fundamental, as entrevistadas colocam que:

São muitos os benefícios, com destaque para compreensão pelas crianças sobre uma das funções principais da leitura, que é a de conhecer o mundo ou “outros mundos”. (Entrevistada nº 1)

Acho que a criança que tem contato mais constante com a literatura infantil, tem mais facilidade em conhecer as letras e palavras variadas. Conseguem interpretar melhor e se expressam com mais desenvoltura. (Entrevistada nº 2)

Ampliação do vocabulário e organização textual. (Entrevistada nº 3)

É muito útil para ajudar no processo de aprendizagem da leitura e da escrita (como tantas vezes já ditos), na concentração, na compreensão, na interpretação, na imaginação, no prazer e na aproximação das crianças com os seus colegas, na formação do leitor, e na promoção pelo gosto da leitura. (Entrevistada nº 4)

Bem, favorece a aquisição da leitura e da escrita. Aguça a imaginação, aprimora a concentração, a compreensão, a interpretação e o raciocínio pela criança e ainda ajuda na formação do leitor, entre outros benefícios. (Entrevistada nº 5)

São muitos os benefícios. Entre eles eu destaco o domínio mais rápido da leitura e escrita, o gosto pela leitura, o desenvolvimento do imaginário, a capacidade de fazer interpretações, além de servir como recurso pedagógico para desenvolver uma série de atividades com as crianças. (Entrevistada nº 6)

As educadoras afirmaram demonstraram uma preocupação significativa quanto a utilização da literatura infantil como recurso pedagógico, para tanto julguei importantes trazer os depoimentos das mesmas na íntegra:

Apesar das críticas que existem ao uso da literatura como recurso pedagógico, acho que o uso da literatura não deve se restringir apenas a finalidade pedagógica, mas o professor pode “com mais naturalidade” explorar o aspecto pedagógico, quando possível. (Entrevistada nº 1)

Acho importante. O seu uso só tem a proporcionar benefícios para as crianças, porém ela não pode ser reduzida a um recurso didático. Deve levar em conta a satisfação dos alunos. Com sua boa utilização as aulas podem ser transformadas em momentos de prazer inesquecíveis pela criança. Eu tenho alunos que quando vêm me visitar sempre se lembram das histórias e seus olhos brilham de saudades. (Entrevistada nº 2)

Um ótimo recurso se trabalhado de maneira correta. a criança precisa interpretar a história, fazer relações com a realidade e pensar sobre a escrita alfabética. (Entrevistada nº 3)

Extremamente útil e é necessário. É muito importante ter a literatura infantil como um recurso para o processo de ensino e aprendizado e muito importante para o desenvolvimento da criança. (Entrevistada nº 4)

Usar a literatura infantil como um recurso para colaborar na aquisição do conhecimento pelas crianças é muito importante, necessário e

enriquecedor. É maravilhoso para nós que ensinamos e para as crianças que aprendem de uma maneira gostosa. (Entrevistada nº 5)

Acho muito importante, mas é preciso ter cuidado para não reduzir a literatura a um simples instrumento. As aulas tem que ser descontraídas, e o professor quando conhece bem seus alunos tem mais facilidade em saber o que os agrada mais, e a forma como deve proceder em suas aulas. (Entrevistada nº 6)

A entrevista com as educadoras/alfabetizadoras do primeiro ano do ensino fundamental foi de grande importância para a compreensão do uso da literatura nas classes de alfabetização, pois se faz necessário conhecer como vem ocorrendo esse processo em sala de aula, principalmente nesse momento de transição, em que a escola pública passou a receber alunos com seis anos no ensino fundamental. As experiências relatadas trazem contribuições importantes para a discussão sobre o papel da literatura infantil no processo de alfabetização dessas crianças. Nas respostas das educadoras foi ressaltada a necessidade da utilização da literatura infantil. E foram unânimes os relatos das mesmas quanto a importância desta estar presente durante o processo de educação/escolarização, pois é inegável a contribuição das histórias infantis para o desenvolvimento dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, percebemos a importância de discutir sobre os benefícios da junção entre literatura infantil e a alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental e sobre a necessidade de introdução da literatura infantil na prática pedagógica dos educadores dessa modalidade de ensino.

Com o tema abordado houve a necessidade de realizar estudos sobre os conceitos de literatura e da literatura infantil, e o percurso da literatura destinada a crianças desde o seu surgimento na Europa até chegar ao Brasil para que houvesse uma maior compreensão da literatura infantil na atualidade. Como o surgimento da literatura infantil foi marcado por objetivos estritamente pedagógicos sua função foi bastante discutida e sua utilização em sala de aula criticada. Percebemos que ainda há resquícios dessa prática em alguns textos infantis. Alguns educadores utilizam os textos infantis como forma de doutrinar, impor comportamentos, confundindo a sua utilidade, simplificando e até mesmo banalizando as obras destinadas a criança. Confunde-se muito a função da literatura infantil e o motivo disso é a falta de conhecimento e de aprimoramento da maioria dos profissionais responsáveis pela escolarização de crianças. Porém, ao analisar a evolução da literatura infantil foi constatada a relevância de sua presença na escola e na vida dos indivíduos.

Ao discorrer sobre o conceito de alfabetização e a implementação do ensino fundamental de nove anos foi possível conhecer as contribuições da literatura infantil para o processo de alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental. O governo brasileiro deu um grande passo ao incluir mais um ano no ensino fundamental obrigatório e atender as crianças a partir dos seis anos de idade. A alfabetização de crianças no Brasil foi historicamente negada, isso acarretou em problemas em relação ao desenvolvimento individual e social de um número considerável da população brasileira. Com a ampliação do ensino fundamental obrigatório surgiram novas perspectivas para esse público e novos olhares em relação a qualidade do ensino oferecido para as crianças que estão sendo inseridas nas classes de primeiro ano do ensino fundamental. Porém, é preciso que a sociedade pressione os poderes públicos para que a educação infantil passe a fazer parte do ensino público obrigatório, para atender um número significativo da população brasileira que não tem condições de colocar seus filhos em escolas particulares.

É necessário destacar que a alfabetização consiste em um processo contínuo, visto que a sociedade passa por mudanças constantes e os indivíduos precisam acompanhar essas transformações. O resente implantado primeiro ano do ensino fundamental deve ser apreendido como uma etapa em que as crianças em sua maioria de seis anos, iniciam sua escolarização obrigatória, entretanto, deve se considerar em primeiro lugar a especificidade desse público e que o processo de alfabetização inicia-se muito antes da escolarização formal, devendo ser consideradas as experiências trazidas pelos educandos. Foi comprovado que as crianças que ingressam mais cedo na escola apresenta um melhor desenvolvimento, dessa forma, a escola e o educador precisam promover de forma mais prazerosa o contato com a cultura escrita, tendo o cuidado com os métodos de ensino utilizados.

Após a pesquisa bibliográfica foi necessário conhecer como vem ocorrendo esse encontro entre literatura e o processo de alfabetização de crianças pertencentes a essa modalidade de ensino através de diálogos e entrevistas com educadoras/alfabetizadoras desse público. Foi constatado através do estudo realizado e das entrevistas com algumas educadoras do primeiro ano do ensino fundamental que a utilização da literatura infantil na escola, principalmente no processo de alfabetização de crianças se configura em uma prática de extrema necessidade, visto que a satisfação dos educandos de estar em contato constante com as obras infantis só traz benefícios a estes. Todavia, algumas educadoras queixaram-se do excesso de conteúdos que são obrigadas a ministrar reduzindo-se o tempo para atividades com a literatura infantil nesse processo de alfabetização.

A literatura infantil surge então com um extraordinário universo de obras a ser apresentado a esse público tão especial que precisa receber estímulos e a mesma deve estar presente nas salas aonde se pretende desenvolver atividades que promovam gradativamente a alfabetização. Apesar da unanimidade das respostas das entrevistadas em relação ao reconhecimento da importância da literatura na escola vale ressaltar que na maioria das escolas públicas esse encontro não vem ocorrendo com frequência. São livros trancados, leituras esporádicas, privando as crianças do contato contínuo com as histórias infantis durante o processo de alfabetização.

Através desse estudo foi constatado que no período da alfabetização a utilização de textos variados e divertidos se faz muito importante, sendo assim, a presença da literatura infantil torna-se extremamente necessária nessa etapa de ensino, proporcionando uma série de benefícios como a formação do leitor crítico e reflexivo, a apropriação da leitura e da escrita alfabética e outros. Pois a literatura para crianças se configura como um excelente recurso

pedagógico, cabendo ao educador os cuidados com a seleção do material a ser utilizados e de não reduzi-la a um simples instrumento da prática docente, mas sim apreendê-la como um trunfo que a escola e o educador possuem para tornar as aulas cada vez mais prazerosas e interessantes.

Através desse estudo foi possível conhecer a literatura infantil de forma mais aprofundada, e sobre a implementação do ensino fundamental de nove anos. E a partir dos depoimentos dos professores que atuam no “novo” primeiro ano perceber que o encontro entre literatura infantil e alfabetização é realmente necessário. As motivações para que esse encontro exista com mais riqueza e frequência nas escolas precisam começar já na formação inicial dos professores, ou seja, nos cursos de Pedagogia e perdurar durante a carreira do professor, através da formação continuada. Além disso, é necessário também a sensibilidade e reconhecimento por parte dos professores da importância da literatura infantil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fani. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2009;

AMARILHA, Marly. **Estão Mortas as fadas?** 8ª ed. – Petrópolis, Vozes, 2009;

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro**. 8 ed. – São Paulo: Ática, 2006;

BETTELHEIM, Bruno; ZELAN, Karen. **Psicanálise da alfabetização: um estudo psicanalítico do ato de ler e aprender**. Trad. CAON, José Luiz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984;

BECKER, Celia Doris. História da literatura infantil brasileira. In: **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação** / SARAIVA, Juracy Assmann (org.), Porto Alegre: artmed, 2001;

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais**. Brasília: MEC / SEB, 2004;

_____. Secretaria de Educação Básica, Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenação Geral do Ensino fundamental. **Ensino fundamental de Nove anos – Orientações gerais**. - Brasília, julho de 2004;

_____. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. (org.) BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. – Brasília: MEC / SEB, 2007;

_____. **Ensino fundamental de nove anos: passo a passo para implementação**. Brasília: MEC / SEB, 2009;

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Resolução N° 7**, Brasília, dezembro de 2010;

_____. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003;

_____. Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008;

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/publicacoes>. Acesso em 15/05/2011;

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2006;

CANDORIN, Severino. **Monografia e tese passo a passo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002;

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática**. 7ª ed. - São Paulo: Moderna, 2000;

_____. **Panorama histórico da literatura infantil / juvenil: das origens Indo-Européias ao Brasil contemporâneo.** 4ª ed. - São Paulo: Ática, 1991;

DANZIGER, Marlies K.; JOHNSON, W. Stacy. **Introdução ao estudo crítico da literatura.** Trad. CABRAL, Álvaro, Colaboração de Catarina T. Feldmann. São Paulo: Cultrix, 1974;

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belos Horizonte: Autêntica, 2000;

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras.** São Paulo: Cortez, 1992;

_____. **Reflexões sobre alfabetização.** GOZALES, Horácio (et. al), 25ª ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2000-(Coleção Questões da Nossa Época; V. 14);

FERREIRO, Emilia; PALACIO, Margarita Gomes. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas.** Trad. SILVEIRA, Luiza Maria. 3ª ed. 2ª reimpr. - Porto Alegre: Artes Médicas, 2003;

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Alfabetização na escola de nove anos: desafios e rumos. In: **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade** / SILVA, Ezequiel Theodoro da. (org.) – Campinas, SP: Autores Associados, 2007;

FRANCHI, Eglê Pontes. **Pedagogia da Alfabetização: da oralidade à escrita.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997;

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Cortez: 1993;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. – 2ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009;

JARDIM, Mara Ferreira. Critérios para análise e seleção de textos de literatura infantil. In: **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação** / SARAIVA, Juracy Assmann (org.), Porto Alegre: artmed, 2001;

KRAMER, Sônia; ABRAMOVAY, Miriam. **Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n° 52, p. 103-107, fev. 1985;

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura.** 13ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1991;

_____. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** 6ª ed. – São Paulo: Ática, 2000;

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: historia & histórias.** São Paulo: Ática, 1999;

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, ELIANA B. C. de (Org.). **Desafios da Educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização,** 1ª ed., 3ª reimpr., Belo Horizonte: Autêntica, 2007;

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994;

PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa D. **Literatura Infantil: voz de criança**. São Paulo: Ática, 1986;

ROJO, Roxane (org). **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. 3ª reimpressão – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006;

SANTOS, Ana Kátia Alves dos. (org.). **Alfabetização para a infância: Perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2010;

SARAIVA, Juracy Assmann. **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. In: SARAIVA, Juracy Assmann (org.), Porto Alegre: artmed, 2001;

SARAIVA, Juracy Assmann; MELLO, Ana Maria Lisboa de; VARELLA, Noely Klein. Pressupostos teóricos e metodológicos da articulação entre literatura e alfabetização. In: **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação** / SARAIVA, Juracy Assmann (org.), Porto Alegre: artmed, 2001;

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003;

_____. Alfabetização: a ressignificação do conceito. In: **Alfabetização e cidadania**. São Paulo, n. 16, jul. 2003, p. 09-17;

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2002;

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização e Letramento: conceitos e relações**. In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2005;

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003;

_____. **Como e porque ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: objetiva, 2005.

**ANEXO – ENTREVISTA COM OS EDUCADORAS/ALFABETIZADORAS
DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DISCENTE: GEORGIA CARINE SILVA DOS SANTOS

ORIENTADORA: Dr.^a ANA KÁTIA ALVES DOS SANTOS

ENTREVISTA

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa tem por objetivo coletar informações que venham contribuir para o trabalho de conclusão de curso da discente Georgia Carine Silva dos Santos que busca, através desta, analisar a contribuição da literatura infantil na alfabetização de crianças do primeiro ano do ensino fundamental.

**() É DE MINHA LIVRE VONTADE PARTICIPAR DA ENTREVISTA COMO
VOLUNTÁRIO (A).**

1. Dados Pessoais

1.1 Idade:

() Entre 17 e 25 anos

() Entre 26 e 33 anos

() Entre 34 e 41 anos

() Acima de 42 anos

1.2 Sexo:

() Masculino

() Feminino

1.3 Qual seu grau de escolaridade ou formação acadêmica, Instituição Formadora e Ano de formação?

1.4 Você leciona em escola:

() Pública

() Particular

2. Há quanto tempo trabalha na área de educação?

3. Quanto tempo trabalha com a alfabetização de crianças?

4. Em sua formação docente foi ressaltada a importância da utilização da literatura infantil no processo de ensino-aprendizado de crianças? Justifique-se.

5. Você, como educador (a), acredita que uso da literatura infantil na sala de aula contribui para a apropriação da leitura e escrita alfabética? Justifique-se.

6. Durante os primeiros anos de sua escolarização você se recorda da literatura infantil ter estado presente nas práticas de seus professores? Como ocorriam suas aulas?

7. Enquanto educador (a) você tem a preocupação de utilizar/aplicar atividades que envolvam a literatura infantil com seus educandos do primeiro ano do ensino fundamental? Justifique-se.

8. Com que frequência você utiliza a literatura infantil em suas práticas pedagógicas?

- () 1 vez na semana () 2 vezes na semana
 () 3 vezes na semana () 4 vezes na semana
 () todos os dias () 1 vez a cada 15 dias
 () 1 vez a cada mês () Não usa
 () outros _____

Justifique sua resposta:

9. A escola e você promovem atividades que incentivem o gosto pela leitura de livros infantis pela criança? Justifique-se.

10. A escola fornece materiais e palestras sobre a literatura infantil que te incentive e oriente o seu trabalho docente?

() Sim () Não

11. A escola possui uma biblioteca com um acervo de literatura infantil?

() Sim () Não

12. Quais os critérios utilizados por você para selecionar textos infantis que serão apresentados a seus educandos?

13. Os livros infantis se encontram presentes em grande quantidade e de fácil acesso para que as crianças possam manuseá-los com frequência?

() Sim () Não

14. Cite algumas atividades desenvolvidas com o uso da literatura infantil efetuadas por você com seus educandos. Como eles reagem com essas atividades?

15. Em sua opinião, quais os benefícios da utilização da literatura infantil com crianças do primeiro ano do ensino fundamental?

16. De acordo com sua experiência docente, o que você acha do uso da literatura infantil como recurso pedagógico?
